

# Dívidas impõem corte nos gastos

O Governo do Distrito Federal não buscará em organismos da esfera federal os recursos necessários ao pagamento das ações movidas contra a Fundação Hospitalar. Segundo o governador Joaquim Roriz, a cobertura do débito, que alcança Cz\$ 7,5 bilhões, deverá ocorrer fazendo-se o reajuste do orçamento do GDF. "Esse pagamento será viabilizado com a economia, as restrições nos gastos locais", revelou.

Roriz ressaltou que se o Governo tivesse que pagar agora a dívida judicial proveniente dos processos trabalhistas, "teríamos que hipotecar alguns hospitais". Acrescentou que a solução dos problemas no setor de atendimento passa também por

uma análise dessa questão, "fundamental para a correção de erros administrativos".

Para o governador, "existe da parte do GDF o respeito ao direito líquido e certo dos reclamantes. Mas teremos que chegar a um acordo, pois o Governo está demonstrando que não tem condições de resgatar essa dívida. A Seplan, não irei de forma nenhuma se for esse o objetivo. E o montante será obtido aqui mesmo". Joaquim Roriz não revelou de que forma captará esse recurso.

Para o diretor do Hospital de Base, Milton Menezes, os problemas que originaram tal débito — irregularidade no pagamento de hora extra e desvio de função — deverão ser corrigidos

em toda a rede. "No HBB, essas falhas não existem mais", afirmou, enfaticamente. Salientou que o processo teve início com a reclamação de parte dos funcionários contratados para atuar por 24h e que cobriam uma jornada de 36h: "Esse quadro de servidores já foi extinto".

Luiz Torquato Figueiredo, diretor do HRAS, outra unidade ameaçada de penhora, acredita que somente a contratação de pessoal, cobrindo deficiências de recursos humanos existentes em toda rede, poderá evitar futuras ações judiciais: "A necessidade de funcionários em determinado setor, de forma imprescindível, determina o desvio de função daqueles que podem ser remanejados. A solução é um contingente maior".